

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

INTERCEL | INTERSUL | 30 DE JULHO DE 2025 | #1660
Linha VIVA

Diretoria da Celos faz reuniões de prestação de contas na ARFLO
Página 3



Celosc: Assembleia Estadual será realizada sábado em Concórdia
Página 3



www.linhaviva.org.br

#CELESCPÚBLICA

A reestruturação das Diretorias e o caminho da Copel

PROPOSTA DE MUDANÇA DE DIRETORIAS ESVAZIA A COMERCIAL, FAVORECE TERCEIRIZAÇÕES E PREPARA PRIVATIZAÇÃO EM ÚLTIMO ANO DE MANDATO DO GOVERNO ESTADUAL

Nas últimas semanas, a notícia de uma ampla reestruturação das Diretorias da Celosc passou a rondar os corredores da empresa. Envoltos em mistério, a proposta teria surgido na Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sendo apresentada pelo Diretor Júlio Pungan como fato consumado, já que teria aval do Governador. O material, trancado à sete chaves, não teria sido disponibilizado nem para os Diretores.

Aos poucos, as informações foram sendo juntadas como um quebra-cabeça e a imagem que se forma é a da destruição da Celosc Pública, justamente no último ano de mandato do atual Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), que parece preparar a empresa para um processo de privatização logo após uma possível reeleição, nos moldes

do que ocorreu com a Copel no Paraná. Vale lembrar que, em 2024, a atual diretoria encaminhou ao Conselho de Administração uma alteração de estrutura e competências de Diretorias, dividindo a antiga Diretoria de Regulação e Assuntos Jurídicos na Diretoria Jurídica e Diretoria de Gestão de Energia e Regulação. À época, a justificativa da mudança era garantir mais foco das Diretorias

e melhorar a condução dos negócios, o que obviamente pareceu apenas uma desculpa para a criação de mais uma caixinha para ser preenchida por indicação do Governo do Estado.

Entretanto, se a reestruturação realizada em 2024 tinha como pano de fundo acomodações políticas, a proposta atual, que chegou aos sindicatos em tom de denúncia tem como vetores ataques à participação dos trabalhadores na gestão da empresa, facilitação para terceirização geral e irrestrita e adequação a uma lógica privada de gestão, que no fim das contas só serve para preparar a Celosc para a privatização, no início de um segundo mandato, em 2027, ou até mesmo antes, em 2026, como aconteceu na Copel.

É importante ressaltar que, sendo uma denúncia, os sindicatos estão apurando os detalhes desta possível reestruturação. Entretanto, sendo um tema que afeta a todos os trabalhadores, a sociedade e ameaça o caráter público da Celosc, faremos um relato da proposta, com uma avaliação crítica desta que pode ser a pá de cal na Celosc Pública.

Nas páginas seguintes desta edição, você confere o desenho da proposta.

“A imagem que se forma é a da destruição da Celosc Pública, justamente no último ano de mandato do atual Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), que parece preparar a empresa para um processo de privatização logo após uma possível reeleição”

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL

As Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis – SINERGIA, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Vale do Itajaí – SINTEVI, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina – SINTRESC, do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina – SINDINORTE-SC e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages – STIEEL, na forma de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAM** os empregados da CELESC Distribuição S.A da base territorial dos respectivos Sindicatos, as-sociados e não-associados, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária ESTADUAL**. A assembleia será realizada em Concórdia, no dia **02/08/2025 (sábado)**, às **8h30min**, em **primeira convocação, com o número regulamentar de presentes**, e às **09h00min**, em **segunda e última convocação, com qualquer número de presentes**, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1 – Unificação das cláusulas da **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES** da categoria eletricitária, aprovadas nas Assembleias Regionais dos respectivos sindicatos, a ser apresentada à CELESC, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026;
- 2 – Definição dos encaminhamentos pertinentes à campanha salarial dos eletricitários;
- 3 – Apreciação e deliberação da contraproposta apresentada pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. para **Acordo de Participação nos Lucros e Resultados – PLR** do ano de 2025;
- 4 – Em caso de rejeição da contraproposta da CELESC acerca da PLR/2025, deliberação sobre deflagração de greve por tempo indeterminado, a partir das 06h00min do dia 11/08/2025 (segunda-feira);
- 5 – Autorização aos sindicatos para o ajuizamento de Protesto Judicial e/ou Dis-sídio Coletivo de Trabalho;
- 6 – Definição das formas de manutenção dos serviços essenciais à população e;
- 7 – Encaminhamentos.

Concórdia, 29 de julho de 2025.

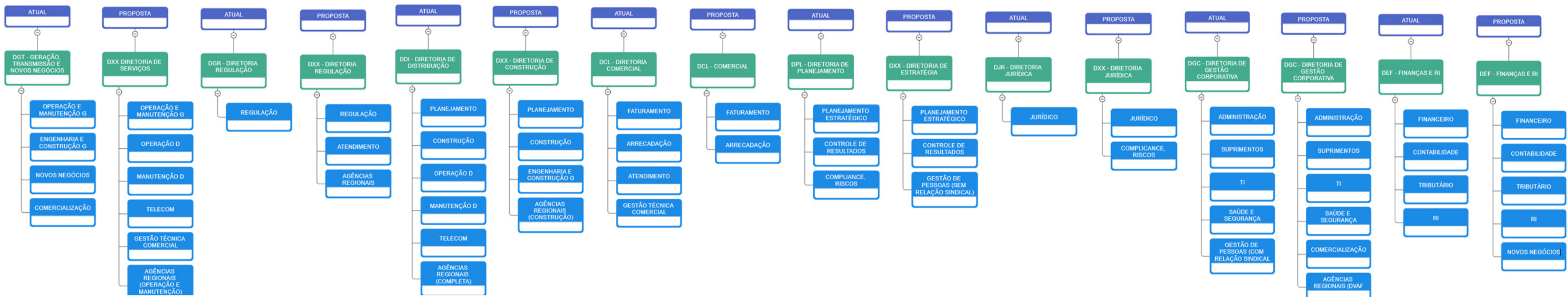
Tiago Bittencourt Vergara
Coordenador Geral do SINERGIA

Antonio Cesar de S. Correa
Presidente do STIEEL

Lucio André Sousa da Silva
Presidente do SINTEVI

Wanderlei Lenartowicz
Presidente do SINDINORTE-SC

Luciano Marcos Antunes Pinto
Presidente do SINTRESC



O esvaziamento da Diretoria Comercial

Um dos primeiros pontos que chama a atenção é o esvaziamento da Diretoria Comercial. A Diretoria Comercial é a única onde os trabalhadores podem eleger um celesquiano para representá-los na Colegiada. Ao longo dos tempos, muitos ataques contra a Diretoria Comercial foram realizados, com tentativas de impedir a participação dos trabalhadores, cassação ilegal de Diretor eleito e tentativas de extinção da própria Diretoria.

O esvaziamento apresentado nesta nova proposta é muito claro e afrontoso. A **Diretoria Comercial ficaria apenas com o Faturamento e a Arrecadação, enquanto toda a área de Atendimento Comercial seria vinculada à Diretoria de Regulação e a área de Gestão Técnica Comercial seria vinculada a uma nova Diretoria de Serviços. Em ambos os casos, a visão é a da terceirização.**

Não existe uma só justificativa plausível para tirar o Atendimento Comercial da Diretoria Comercial. A única justificativa é facilitar a terceirização da área, um **desejo explícito do Presidente da Celesc, Tarcísio Rosa**. Tarcísio já deu declarações públicas de que deseja terceirizar o atendimento, processo que tem sido barrado pela

atuação da própria Diretoria Comercial eleita pelos empregados. A visão e o compromisso de um trabalhador de carreira eleito têm impedido que o atendimento comercial seja entregue à iniciativa privada. Esta mesma estratégia foi utilizada na Casan, onde antes da posse do Diretor Comercial eleito, uma alteração na estrutura esvaziou a Diretoria e permitiu que o atendimento fosse totalmente terceirizado.

A Celesc já teve uma péssima experiência com a terceirização no Atendimento Comercial. De tão ruim, foi reestruturado, com a criação do cargo de atendente, quando os sindicatos quebraram o dogma de permitir contratações com carga horária de 4 horas, garantindo qualidade na prestação do serviço à sociedade, papel principal de uma empresa estatal.

A terceirização é mais do que um retrocesso. É o atestado do deserviço da atual presidência da Celesc para a sociedade catarinense e da **perseguição de Tarcísio contra os atendentes comerciais concursados**. É a PRECARIZAÇÃO do serviço prestado, em moldes que abrem caminho para a privatização da Celesc.

O fim da Diretoria de Geração e a criação da Diretoria de Terceirização

Na proposta, a Diretoria de Geração deixa de existir, sendo substituída por uma Diretoria de Serviços que teria, além da Operação e Manutenção da Geração, as áreas de Operação da Distribuição, Manutenção da Distribuição, Telecom, Gestão Técnica Comercial e a responsabilidade sobre as áreas de operação e manutenção das Agências Regionais.

Para os sindicatos da Intercel, **extinguir a Diretoria de Geração é**

um risco à manutenção da própria Celesc Geração Pública, sendo uma porta de entrada para a privatização geral da Celesc. Esta tentativa já foi barrada, recentemente.

A criação de uma Diretoria de Serviços, que abrangeria todos os serviços operacionais da distribuição e geração aprofunda a sensação de que se cria uma Diretoria para administrar contratos, ampliando a já crescente terceirização da empresa.

Diretoria de Distribuição vira Diretoria de Construção

A Diretoria de Distribuição, maior orçamento e responsável pela operação e manutenção do sistema elétrico passa a ser Diretoria de Construção, abrangendo apenas planejamento, construção da distribuição, construção da geração e área de construção das Agências Regionais. A DDI é hoje a principal Diretoria da Celesc, responsável pelo planejamento do setor elétrico e pela operação e manutenção, tendo ligação direta com as metas da concessão da Celesc. Ao ser esvaziada, jogando as áreas relativas ao atendimento à sociedade para uma Diretoria que servirá somente para operacionalizar contratos e intensificar a terceirização, **a DDI servirá apenas para investimentos com a ótica de retorno financeiro, esquecendo-se que estes devem estar intimamente ligados ao bom atendimento à população catarinense.**

Diretoria de Gestão Corporativa sem Gestão de Pessoas?

Uma das mais absurdas mudanças está na Diretoria de Gestão Corporativa. A Diretoria passa a ser responsável pela Comercialização de Energia, o que não faz absolutamente nenhum sentido. Atualmente, a Comercialização está vinculada à Diretoria de Geração e Novos Negócios, com uma visão estratégica muito bem definida. A vinculação desta área à Gestão Corporativa, que via de regra administra suprimentos, tecnologia da informação, saúde e segurança e gestão de pessoas, demonstra um arranjo disfuncional.

Pior ainda é a ideia de tirar desta Diretoria a responsabilidade de realizar a Gestão de Pessoas, mandando-a para o Planejamento. A gestão de pessoas é inerente à gestão corporativa. **Não existe gestão de empresa sem gestão dos trabalhadores.** Além disso, a vinculação ao Planejamento

to é desdobramento de uma estratégia de promoção de uma “cultura de resultados”, que passa pelo ataque aos direitos dos trabalhadores e pela implementação de uma lógica de individualismo e competição, idêntica à de empresas privadas.

Chama a atenção, ainda, que a posição de Relações Sindicais tem sofrido um jogo de empurra-empurra entre os Diretores. Ninguém quer assumir a responsabilidade de negociar as reivindicações dos celesquianos e garantir os direitos da categoria. Fica claro que, quem for assumir essa posição será responsável por retirar direitos. Aliada à recente manifestação do Presidente Tarcísio Rosa e da Diretora Pilar Sabino ao Tribunal de Contas do Estado (veja o Boletim da Intercel nº 256) é a demonstração de um completo desrespeito aos trabalhadores.

Privatização é desejo de Diretoria ou de Governo?

A reestruturação das Diretorias em um processo focado na **terceirização e na PRECARIZAÇÃO** ameaça trabalhadores e sociedade catarinense com um olhar meramente financeiro. Isto feito em um momento em que se discute o futuro político do estado, com a proximidade das composições para as eleições de 2026, passa o recibo da preparação da Celesc para a privatização em um eventual segundo mandato do Governador Jorginho Mello, semelhante ao que ocorreu na vizinha Copel, no Paraná, sob o comando do Governador reeleito Ratinho Junior (PSD).

Incompreensivelmente, a proposta contrasta com as falas recentes do Governador no 12º Congresso dos Empregados da Celesc, onde afirmou que manteria a Celesc Pública, mas que ela precisa entregar mais para os consumidores. Será que estava se referindo somente aos problemas do Conecte? Adequar a Celesc a uma realidade estrutural de empresa privada não traz retorno para a sociedade, muito pelo contrário. Com uma estrutura que privilegia o financeiro, o resultado certamente será a **PRECARIZAÇÃO e diminuição da qualidade do serviço prestado.**

Se o projeto não é do Governador Jorginho Mello, a defesa do projeto apresentado pelo Diretor Presidente, Tarcísio Rosa, e pelo Diretor de Finanças, Júlio Pungan, não condiz com a realidade. Nesse contexto, **os Diretores empregados Pilar Sabino, Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior e Claudio Varella votarão para destruir a única Diretoria eleita pelos empregados e pela concentração de toda a atividade-fim da Celesc em uma Diretoria de Terceirização? O Diretor de Geração, Eloi Hoffelder, celesquiano aposentado, votará para extinguir a Diretoria de Geração em que está lotado?**

É fundamental que a Diretoria da empresa explique aos trabalhadores suas intenções para o futuro da Celesc. A proposta que chegou aos sin-

dicatos em forma de denúncia é verdadeira? Quem é o responsável? **A Diretoria ou o Governador?** Os Diretores celesquianos, da ativa e aposentado aceitarão a arapuca do Diretor Presidente e do Diretor de Finanças ou vão alertar o Governador? Assumirão as suas responsabilidades ou continuarão sendo subordinados em mais esse processo?

A cada Governo surge uma nova estratégia de privatização da Celesc. Já enfrentamos o sucateamento no início da década de 90; a divisão da Celesc em três, copiando o modelo que vendeu uma parte da CEEE; a venda direta de ações na bolsa de valores, que deu deserta pela ação política; o golpe do novo mercado, entre outros que certamente não vieram à público. Esta não é diferente, tem o mesmo objetivo. É incompreensível a obsessão política de sucessivos governos na tentativa de privatizar a Celesc, empresa pública de qualidade, rentável e bem avaliada pela população.

Para os sindicatos da Intercel, esta reestruturação é um atentado à Celesc Pública e um golpe nos trabalhadores e na sociedade. As entidades sindicais, mais uma vez trabalharão junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, já que um processo de reestruturação de Diretorias depende de alteração do Estatuto Social da empresa, a ser aprovado na ALESC, novamente buscaremos o apoio dos deputados para que a empresa pública não seja destruída em uma reestruturação que pensa a empresa apenas para o benefício dos acionistas. Por fim, sendo o acionista majoritário, **o Governo do Estado não pode referendar uma proposta que vai na contramão de suas promessas.**

Os celesquianos sempre resistiram, através das lutas organizadas pelos sindicatos da Intercel. Não vamos aceitar a entrega do patrimônio público. Vamos à luta!



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Assembleia Estadual dos trabalhadores da Celesc será realizada nesse sábado

A Assembleia Estadual dos trabalhadores da Celesc será realizada nesse **sábado, dia 2 de agosto, a partir das 9h, no Centro de Tradições Gaúchas Fronteira da Querência, na Rua São Sebastião, nº 565, no bairro Fragosos, em Concórdia**. Para a abertura, foram convidadas lideranças políticas de todos os partidos com assento na Assembleia Legislativa. Conforme divulgado em edições anteriores do Linha Viva, além do debate e votação da Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026, **o Acordo de PLR 2025 também será discutido e votado pelos trabalhadores presentes** (conforme edital na capa dessa edição).

Segundo episódio do programa *Senso Crítico* está no ar

O Sinergia divulgou nessa semana o segundo episódio do programa *Senso Crítico*, em seu canal no youtube: [youtube.com/@sinergiafpolis](https://www.youtube.com/@sinergiafpolis). Nesse episódio, o tema é Precarização, realidade que afeta milhões de trabalhadores no Brasil. O episódio dessa semana tem como convidados a professora da UFF, Virgínia Fontes, do trabalhador aposentado da Eletrosul e ex-dirigente sindical, Dinovaldo Gilíoli, e o dirigente do Sinergia, Mário Jorge Maia.



Sinergia participa de reunião preparatória para a Cúpula dos Povos

Nos dias 24 e 25 de julho, os diretores do Sinergia Tiago Vergara e Cecy Marimon participaram de reunião da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE), em São Paulo. Na oportunidade, as categorias que compõem a POCAE atualizaram dados da conjuntura e organizaram um cronograma de atividades para definição das pautas a serem encaminhadas na Cúpula dos Povos, que ocorrerá paralelamente à COP30, em Belém, em novembro. Fazem parte da POCAE sindicatos da categoria elétrica, petroleira, trabalhadores e trabalhadoras em Educação, movimentos camponeses e o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Prestação de Contas da Celos passa pela Grande Florianópolis

A Diretoria da Celos promoveu reuniões de prestação de contas com os resultados da Fundação na sede e escritórios da Agência Regional Florianópolis na semana passada. Em agosto, estão previstas visitas para a Administração Central e as Agências de Jaraguá do Sul, Itajaí, Lages e Joaçaba. A Intercel reafirma, mais uma vez, a importância da categoria participar dos debates, tirando dúvidas e levando suas questionamentos e sugestões aos encontros.





Energia e Justiça Climática: A necessidade de uma Transição Equitativa

A crise climática é um dos maiores desafios do século XXI, e a forma como produzimos e consumimos energia está no centro desse problema. Enquanto os países desenvolvidos historicamente se beneficiaram de combustíveis fósseis para impulsionar seu crescimento econômico, as nações mais pobres e comunidades marginalizadas sofrem desproporcionalmente com os impactos das mudanças climáticas. Diante disso, a justiça climática surge como um princípio fundamental para garantir que a transição energética seja não apenas eficiente, mas também equitativa e inclusiva.

A Desigualdade no Acesso e nos Impactos Energéticos

1. Responsabilidade Histórica dos Países Ricos

Os países industrializados, como EUA, membros da União Europeia e China, são responsáveis pela maior parte das emissões acumuladas de gases de efeito estufa desde a Revolução Industrial. No entanto, os efeitos mais devastadores das mudanças climáticas - como secas extremas, inundações e elevação do nível do mar - atingem com mais força nações em desenvolvimento, que contribuíram muito menos para o problema.

Segundo dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os países mais pobres têm menor capacidade de adaptação e resiliência, aumen-

tando sua vulnerabilidade. Isso configura uma injustiça climática, em que os menos responsáveis arcam com as piores consequências.

2. Energia Acessível e Limpa como Direito Humano

Enquanto países ricos investem em energias renováveis e tecnologias verdes, cerca de 759 milhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso à eletricidade, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Muitas dessas pessoas dependem de biomassa e carvão para cozinhar, o que gera problemas de saúde e aumenta as emissões locais.

A justiça climática exige que a transição energética não apenas reduza emissões, mas também garanta energia limpa e acessível para todos, especialmente para populações marginalizadas.

Os Desafios da Transição Justa

1. Financiamento e Transferência de Tecnologia

Uma transição energética justa requer que países desenvolvidos financiem projetos de energia renovável em nações em desenvolvimento e compartilhem tecnologia limpa. O Acordo de Paris (2015) estabeleceu um fundo de US\$ 100 bilhões anuais para ajudar países pobres a enfrentar as mudanças climáticas, mas esse valor ainda não foi totalmente cumprido.

Além disso, muitas vezes os empréstimos para energia verde vêm com condi-

ções que aumentam a dívida externa, perpetuando desigualdades. É essencial que o financiamento seja não apenas volumoso, mas também justo e sem amarras exploratórias.

2. Empregos e Inclusão Social

A substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis deve considerar os trabalhadores e comunidades que dependem economicamente do setor. Uma transição justa exige políticas de requalificação profissional e criação de empregos dignos no setor de energia limpa.

Movimentos sindicais e ambientais defendem que a descarbonização não pode deixar ninguém para trás. Caso contrário, a resistência à transição energética aumentará, especialmente em regiões onde o petróleo e o carvão são fontes primárias de renda.

Caminhos para uma Energia Justa e Sustentável

1. Democratização da Energia

Sistemas de energia descentralizada, como microgrids solares e cooperativas de energia eólica, podem empoderar comunidades rurais e periferias urbanas. Isso reduz a dependência de grandes corporações e garante que os benefícios da energia limpa sejam distribuídos de forma mais igualitária.

2. Políticas Públicas Inclusivas

Governos devem implementar tarifas sociais para energia renovável, subsidiar pai-

néis solares para famílias de baixa renda e priorizar investimentos em regiões mais afetadas pela pobreza energética.

Além disso, a voz das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais deve ser ouvida em projetos de energia, já que muitas vezes são os guardiões de terras ameaçadas por grandes empreendimentos (como hidrelétricas e parques eólicos mal planejados).

A justiça climática não é apenas um ideal moral, mas uma condição indispensável para o sucesso da transição energética. Enquanto o mundo avança para fontes renováveis, é crucial que os benefícios e os custos sejam distribuídos de forma equitativa.

Países ricos devem assumir sua responsabilidade histórica, financiando a adaptação climática e a energia limpa no Sul Global. Ao mesmo tempo, políticas locais devem garantir que trabalhadores e comunidades vulneráveis não sejam sacrificados em nome do progresso.

Só assim construiremos um futuro energético que seja verde, justo e verdadeiramente sustentável para todos.

Referências:

- IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
- Agência Internacional de Energia (IEA)
- Acordo de Paris (2015)
- Relatórios da Oxfam sobre desigualdade climática

CAFÉ COM HISTÓRIA

Sinergia promove 2ª Edição do Café com História

Quanta história cabe em uma foto? E quanta história vive em um sindicato de luta? O Sinergia convida toda a categoria eletricitária para a segunda edição do Café com História. Um momento especial para lembrar conquistas, reviver memórias e fortalecer a nossa trajetória coletiva.

De acordo com a Diretora de Cultura do Sinergia, Caroline Borba, "o projeto é um momento de formação e resgate da memória das lutas e trabalhos com a participação do Sinergia, contada sempre através das imagens. Nós sempre trazemos ex-diretores e pessoas que participaram das lutas para auxiliarem na elucidação de cada imagem, de cada fato contado através das fotos. Acaba sendo um encontro de gerações, marcado por boas conversas e histórias que ajudaram a construir o nosso sindicato".

O evento será realizado no dia 4 de agosto (próxima segunda-feira), a partir das 18h, na sede do Sinergia (Rua Lacerda Coutinho, 149, centro de Florianópolis).

